

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS VII
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA – CODÓ
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JARDIELE DA SILVA DE SOUSA

**DOCUMENTOS OFICIAIS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESCOLAS
DE TIMBIRAS – MA**

CODÓ – MA

2022

JARDIELE DA SILVA DE SOUSA

**DOCUMENTOS OFICIAIS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESCOLAS
DE TIMBIRAS – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA- Campus VII, Codó), como requisito final para obtenção de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientação: Luís Henrique Serra

CODÓ – MA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva de Sousa, Jardiele.

DOCUMENTOS OFICIAIS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: : UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESCOLAS DE
TIMBIRAS MA / Jardiele da Silva de Sousa. - 2022.

45 p.

Orientador(a): Luís Henrique Serra.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

1. Documentos curriculares. 2. Ensino de língua
materna. 3. Variação linguística. I. Henrique Serra,
Luís. II. Título.

JARDIELE DA SILVA DE SOUSA

**DOCUMENTOS OFICIAIS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESCOLAS DE TIMBIRAS
– MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA- Campus VII, Codó), como requisito parcial para obtenção de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientação: Luís Henrique Serra

BANCA EXAMINADORA

Luís Henrique Serra

Presidente – UFMA

Maria da Guia Taveiro Silva

Examinadora - UEMASUL

Cristiane Dias Martins da Costa

Examinadora - UFMA

Dedico essa monografia primeiramente a Deus e ao casal mais batalhador que conheço, meus avós maternos, Francisca e José Ribamar, meus maiores símbolos de perseverança, que me ensinaram com muito carinho e simplicidade o caminho da justiça. A vocês, toda minha admiração, amor e respeito.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a Deus, por ter me dado força e coragem para vencer todas dificuldades encontradas durante estes quatro anos de curso e pela conquista de me formar como Pedagoga.

Ao Prof. Dr. Luís Henrique Serra, meu orientador, pelo apoio e incentivo a essa pesquisa, por ter acreditado em mim, na realização desse trabalho e pela grande oportunidade de desfrutar um pouco de seus vastos conhecimentos, do mesmo modo estendo esses agradecimentos ao Grupo de Investigações do Ensino de Língua Portuguesa - GIELP, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Henrique Serra por me permitir viver de maneira muito mais intensa a vida acadêmica, estendo meus agradecimentos a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

Aos meus avós, maternos, José Ribamar e Francisca pessoas de extrema importância em minha vida, obrigado por todo o esforço, carinho e dedicação na realização desse sonho no qual hoje podemos desfrutar, serei eternamente grata.

Aos meus pais Rosimeire e Valdomir, e ao meu companheiro de longa data Raimundo Nonato Castelo Branco de Sousa por todo conforto, conselhos e consolos que me proporcionaram.

Durante todo esse processo árduo que me proporcionou também conhecer grandes amigos que levarei comigo ao fim deste curso e por fim, mas não menos importante quero agradecer a toda minha família e amigos, que de alguma maneira direta ou indireta contribuíram para a conclusão dessa pesquisa. Muito obrigado a todos!

RESUMO

A necessidade de comunicação entre os indivíduos de culturas, formas de pensar e interpretar o mundo de diferentes maneiras leva a diversidade de modos de falar e expressar por meio da língua. É esse fenômeno que ficou conhecido como variação linguística, que se apresenta através da diversidade de formas linguística e de expressão. A variação linguística é um fenômeno que se apresenta em todos os níveis linguísticos. Desse modo, a variação linguística pode ocorrer no nível fonético/fonológico, lexical, sintático, textual-discursivo. Entende-se, nessa direção, que a diversidade linguística é um fenômeno natural e que colabora com a comunicação em diferentes contextos. Do ponto de vista educacional, a variação linguística tem sido reconhecida porque ela também revela a diversidade cultural da nossa sociedade, além de ser um importante aspecto que permite que a língua seja funcional em diferentes contextos comunicativos. Do ponto de vista social, muitas vezes, a variação linguística é entendida como um problema de comunicação e ideias de “falar errado” e outros dizeres pejorativos sobre diferentes formas de falar acabam surgindo. Partindo desse contexto, esse trabalho buscou investigar como os documentos curriculares que norteiam o ensino no Brasil tratam a temática da variação linguística e como as escolas brasileiras têm trabalhado o tema. Neste trabalho, servirão como ponto de partida as escolas C. E. F. Áurea Alvim, C.E.F. Faustina Araújo e C.E.F José Sarney ambas escolas de ensino fundamental, anos iniciais, da cidade de Timbiras – MA. Para apoiar as discussões apresentadas, o trabalho tem como base teórica os estudos e reflexões feitos na Sociolinguística Educacional, em especial, os trabalhos de Faraco (2008), Zilles e Faraco (2015) e Bagno (2016) entre outros autores que tratam da problemática da variação linguística na escola. Para a análise dos documentos, foi feita uma análise qualitativa interpretativa de documentos oficiais que orientam a educação brasileira: Na esfera nacional, foram feitas buscas de trechos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tratam sobre variação linguística e seus temas; na esfera estadual, as buscas pelos mesmos trechos foram realizadas no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) e em esfera municipal foram feitas buscas no Plano Municipal de Timbiras e nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas citadas anteriormente. A pesquisa identificou que o tema da variação é uma realidade em alguns desses documentos, no entanto, com maior abrangência na BNCC, seguida do DCTM. O plano de Timbiras trata do tema de modo indireto, assim como os PPP. A presença dessa temática nesses documentos indica um início de uma discussão necessária ao ensino da língua materna como um todo que envolve a diversidade linguística e o respeito pela multiplicidade de culturas na escola.

Palavras – chave: Documentos curriculares. Variação linguística. Ensino de língua materna.

ABSTRACT

The need for communication between individuals of cultures, ways of thinking and interpreting the world in different ways leads to the diversity of ways of speaking and expressing through language. It is this phenomenon that became known as linguistic variation, which presents itself through the diversity of linguistic and expression forms. Linguistic variation is a phenomenon that appears at all linguistic levels. Thus, linguistic variation can occur at the phonetic/phonological, lexical, syntactic, textual-discursive level. It is understood, in this direction, that linguistic diversity is a natural phenomenon and that it collaborates with communication in different contexts. From an educational point of view, linguistic variation has been recognized because it also reveals the cultural diversity of our society, in addition to being an important aspect that allows the language to be functional in different communicative contexts. From a social point of view, linguistic variation is often understood as a problem of communication and ideas of “saying it wrong” and other pejorative sayings about different ways of speaking end up emerging. Based on this context, this work sought to investigate how the curricular documents that guide teaching in Brazil deal with the theme of linguistic variation and how Brazilian schools have worked on the theme. In this work, the schools C. E. F. Áurea Alvim, C.E.F. Faustina Araújo and C.E.F José Sarney both elementary schools, early years, in the city of Timbiras - MA. To support the discussions presented, the work is theoretically based on studies and reflections made in Educational Sociolinguistics, in particular, the works of Faraco (2008), Zilles and Faraco (2015) and Bagno (2016) among other authors that deal with the problem of linguistic variation at school. For the analysis of the documents, an interpretative qualitative analysis of official documents that guide Brazilian education was carried out: At the national level, excerpts were searched in the National Common Curricular Base (BNCC) that deal with linguistic variation and its themes; at the state level, searches for the same passages were carried out in the Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) and at the municipal level, searches were carried out in the Municipal Plan of Timbiras and in the Pedagogical Political Projects of the schools mentioned above. The research identified that the theme of variation is a reality in some of these documents, however, with greater coverage in the BNCC, followed by the DCTM. The Timbiras plan addresses the issue indirectly, as do the PPPs. The presence of this theme in these documents indicates the beginning of a necessary discussion for the teaching of the mother tongue as a whole that involves linguistic diversity and respect for the multiplicity of cultures at school.

Keywords: Curricular documents. Linguistic variation. Mother tongue teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 METODOLOGIA.....	14
3 SOCIOLINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUAS MATERNA: ALGUMAS DISCUSSÕES	17
3.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM BREVE HISTÓRICO DA DISCIPLINA NO BRASIL.....	20
4 O CURRÍCULO ESCOLAR	23
4.1 A RELEVÂNCIA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	26
4.2 DOCUMENTOS CURRICULARES E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: ORIENTAÇÕES	28
5 BREVE APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	30
5.2 OBJETOS DE 5ESQUISA.....	30
5.3 OS DOCUMENTOS OBRIGATORIOS DO ENSINO E TEMA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: UMA ANÁLISE EM TIMBIRAS - MA.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39

Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. (FREIRE 1996, p.33)

INTRODUÇÃO

Esse estudo busca contribuir com as discussões sobre o ensino de língua materna, refletindo acerca do espaço destinado à temática da variação linguística e o preconceito linguístico dentro dos documentos curriculares nacionais, estaduais e municipais de Timbiras – MA. Nesse sentido, abordamos quais são os resultados da ausência ou da pouca presença de tal tema nas instituições de ensino básico, em especial, no ensino fundamental, anos iniciais.

Como se sabe, desde sempre, a língua é um dos principais veículos de comunicação entre os indivíduos, isso ocorre desde o momento que os indivíduos fazem seus questionamentos e argumentos exercendo seus papéis de locutores, interlocutores e ouvintes, aprimorando seu desenvolvimento social e comunicativo diariamente ao passo que através da língua adquirimos conhecimento e conseqüentemente cultura (SOUZA E OLIVEIRA, 2016).

Partindo disso, a língua pode ser considerada uma herança que se perpétua de geração em geração, resultando em uma parte significativa da identidade e da cultura das diferentes comunidades que existem no mundo. Deste modo, a língua portuguesa é constituída por diversas variantes, resultantes de uma diversidade social e cultural da qual a cultura brasileira é fruto, assim como a variação linguística existente no país (FARACO, 2008).

Segundo Bagno (1999) afirma que o que chamamos de variação é um fenômeno presente em todas as línguas faladas, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. E ainda segundo Bagno o preconceito linguístico (1999, p.40) diz que ele

se baseia na crença de que só existe, uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”.

Considerando a constatação das diferentes culturas, o estudo entorno da variedade linguística tem o intuito de fazer uma relação direta de descobrir, descrever e apresentar essa diversidade, objetivando a aprendizagem do tema e o respeito pelas diferenças linguísticas, assim como desmitificar o preconceito linguístico. O preconceito linguístico é, por si só, bastante violento e o seu lugar de origem, na

maioria das vezes, é a própria escola, a própria sala de aula. Nesse sentido, cumpre pensar o papel da aula de língua portuguesa, porque, é nesse momento do aprendizado que esse tipo de preconceito é concebido.

O objetivo desse trabalho é norteado pela necessidade de discutir o papel dos documentos escolares para desmitificar preconceitos e lendas que pairam sobre a língua, assim como também compreender como a escola vem abordando, em seu cotidiano e em seus documentos norteadores, o desenvolvimento do tema variação linguística. No o trabalho traz como objetivo geral registrar e analisar dados sobre o trabalho e a compreensão dos docentes relativos à variação e o preconceito linguísticos em escolas do ensino fundamental nas escolas (anos iniciais) de Timbiras – MA e traz como objetivos específico

- Coletar dados sobre o ensino de Língua Portuguesa nas escolas de Timbiras;
- Problematizar a questão do ensino e o seu papel no combate ao preconceito linguístico;
- Discutir a formação do professor do ensino fundamental e a temática da variação linguística;
- Observar como a variação linguística tem sido problematizada e feito parte das aulas de língua portuguesa, sejam presenciais ou remotas;

A escolha do objeto de pesquisa ocorreu ao longo das atividades realizadas no período de participação ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, por meio do projeto *Variação linguística e ensino de língua materna: diferentes perspectivas*, da coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus VII, Codó, no qual era exigido a leitura, análise e interpretação de várias obras pertinentes ao tema abordado nessa pesquisa, uma vez que esse trabalho se trata de um recorte do projeto em questão.

Diante dessas leituras, análises e interpretações textuais, foi possível observar que parte do problema do preconceito linguístico na escola e na sociedade está diretamente relacionada a uma defasagem no ensino de língua portuguesa e que vem passando essa defasagem até o Ensino Médio, refletindo no ensino superior, que permite a ausência de discussões sobre a temática da diversidade cultural e linguística. Por conta disso, acredita-se que, se há uma problemática no ensino de língua portuguesa, que passa pela ausência dessa discussão e o processo de ensino-

aprendizado na escola acaba por reproduzir ideias e discussões excludentes e padronizadoras, que conseqüentemente leva os alunos a legitimarem o preconceito linguístico ou serem vítimas em potencial deste preconceito.

Esta percepção se deu a partir dos encontros realizados pelo grupo de estudos, Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa – GIELP, onde pudemos refletir a respeito das nossas próprias experiências como estudante do ensino de língua portuguesa. Com esses estudos, foi possível compreender que o conhecimento sobre a temática da variação linguística e do preconceito linguística ainda era bastante fragmentado, sobretudo quando se considera o ensino da variação linguística.

Infelizmente, durante todo o nosso ensino fundamental, é comum passarmos por turmas com alguns professores que não detinham domínio de métodos pedagógicos adequados e não trabalhavam o ensino de língua portuguesa com devida relevância que ele merece.

Passei pelo Ensino Médio no Colégio Estadual Centro de Ensino Paulo Freire, no qual enfrentei alguns problemas nas séries iniciais, em que persistiram por um longo período e outros apresentaram-se com as políticas públicas fragmentadas, falta de infraestrutura escolar, má formação acadêmica de, alguns profissionais, professores etc. Esses problemas contribuíram para uma concepção distorcida do que é de fato o ensino de língua portuguesa, atualmente, já na licenciatura em pedagogia, ainda carreguei dificuldades na aprendizagem do ensino de língua portuguesa, mesmo que em proporções menores.

Considerando essa realidade e a temática aqui apresentada, considerando ainda os objetivos deste trabalho, esta pesquisa foi estruturada em três seções. A primeira é a metodologia que caracteriza a pesquisa, que irá abordar os conceitos teóricos entorno da temática, fundamentando – se em vários autores e pesquisadores como Bagno, Farraco e Zilles, etc.. A segunda, discorre sobre a sociolinguística e o ensino de língua materna. A quarta sobre o currículo escolar, quanto a quinta discorre sobre as características locais desde a população aos documentos escolares, “resultados e discussões”, apresenta os resultados alcançados durante a pesquisa, analisando e discutindo cada resposta obtidas perante a revisão bibliográfica dos documentos propostos neste trabalho. Além das três seções, neste trabalho também consta a presente introdução e as considerações finais.

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica, também chamada de revisão literária, é basicamente a análise crítica e ampla de publicações em uma certa área do conhecimento (TRENTINI e PAIM, 1999). A pesquisa bibliográfica busca discutir e explicar determinado tema a partir de referências teóricas, já publicadas em revistas, periódicos, livros e outros. Procura-se também conhecer e analisar conteúdos, científicos acerca de um determinado tema (MARTINS,2001).

Esse tipo de pesquisa permite a contribuição de consultas a base de dados, artigos, periódicos no intuito de enriquecer o trabalho. Esse modelo de pesquisa tem a finalidade de proporcionar ao pesquisador um contato direto com tudo que já foi registrado quanto determinado assunto (MARCONI e LAKATOS, 2007). Desse modo, conforme os autores mencionados, entende-se que a pesquisa bibliográfica não se trata de uma mera repetição do que já foi produzido sobre determinado assunto, mas sim, proporcionar uma análise de um tema por meio de uma nova perspectiva, uma nova abordagem ou enfoque, resultando em conclusões inovadoras.

Segundo Demo (2000), a ideia da pesquisa bibliográfica é induzir o aluno a um contato pessoal com as teorias, através da leitura, levando a sua própria interpretação. Este estudo utilizou como estratégia e técnica metodológica a revisão bibliográfica, em que se adotou a revisão narrativa que possibilita o acesso as experiências de que realizaram pesquisa sobre o assunto. De acordo com Silva et al. (2002), a revisão narrativa não tem como característica a imparcialidade, uma vez que esse tipo de pesquisa permite em sua estrutura o relato acerca de outros, com base na compreensão do pesquisador quanto ao que os outros fizeram.

Este trabalho também corresponde a uma pesquisa de natureza qualitativa, interpretativa, documental. De acordo com Bortoni-Ricardo (2008, p. 34), a pesquisa qualitativa “[...] procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto. ”, responsabiliza-se deste modo, por fazer interpretações de fatos e acontecimentos com foco em suas imediações. A pesquisa documental pode dispor “[...] como fonte documentos no sentido mais amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Severino (2007, p. 122-123). Como se observa, a pesquisa documental é um tipo de pesquisa e técnica que oferece a análise de documentos a fim de responder determinados fenômeno. Como o objetivo deste trabalho foi observar de que modo os documentos oficiais sendo eles a Base Nacional

Comum Curricular, Documento Curricular do Território Maranhense, Plano Municipal de Timbiras e Projetos Políticos Pedagógicos) têm trabalhado a temática da variação linguística e do preconceito linguísticos, pensamos que a pesquisa documental seria a melhor estratégia para os fins que pretendem esta pesquisa.

Foram feitas buscas em base de dados como MEC (Ministério da Educação), Scielo (Scientific Eletronic Library OnLine), que foram utilizadas como instrumentos para a coleta de dados, com base nos seguintes descritores: Base Nacional Comum Curricular; Documento Curricular do Território Maranhense, Ensino de língua materna; variedade e análise linguística; preconceito linguístico. Essa busca nos ajudou a encontrar textos de diferentes naturezas sobre a temática analisada neste trabalho.

Esta parte do trabalho tem como propósito apresentar ao leitor uma breve descrição do corpus da pesquisa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM), além do Plano Municipal de Ensino (PME) de Timbiras para logo em seguida caracterizar o tipo de pesquisa que foi realizada.

Descrição do corpus

BNCC- A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter obrigatório, que visa auxiliar na construção dos currículos escolares de todo país, definindo assim um conjunto de aprendizagens essenciais para todos os alunos desenvolverem ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando os direitos tanto de aprendizagem quanto de desenvolvimento do aluno. Este documento cumpri com as obrigações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, (BNCC,2017).

DCTM- O Documento Curricular do Território Maranhense é um documento similar a BNCC, no entanto, o DCTM traz em seu corpo a possibilidade de aquisição de conhecimentos que priorizem a realidade do aluno, como características regionais e locais em que a escola em questão está situada, contribuindo assim para a formação cidadã dos alunos e propiciando aos mesmo a capacidade de analisar, compreender e intervir de maneira ativa na sociedade, com destaque para a realidade maranhense (DCTM,2019).

PME TIMBIRAS- O Plano Municipal de Educação de Timbiras é um documento local na qual a educação dessa região passa por um momento de reflexão quanto a trajetória escolar do município e com base nos anseios dos discentes, docentes, pais e a sociedade em geral produz esse documento verificando os avanços conquistados na educação assim como suas carências traçando metas e estratégias para a qualidade do ensino e o respeito a diversidade (PME,2014).

SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: ALGUMAS DISCUSSÕES

A sociolinguística trata-se de uma subdivisão da Linguística, desenvolvida nos Estados Unidos na década de 1960, quando os linguistas passaram a relacionar, em uma disciplina, o estudo da língua ao de sociedade. Antes disso, ainda em 1916, o Linguística Ferdinand Saussure, em seu celebrado livro *Curso de Linguística Geral* de 1916 que definiu a Linguística como uma ciência que priorizava o estudo da linguagem e definiu a língua como uma entidade única e independente, pensamento que, até o surgimento da Sociolinguística, imperou entre os estudos da linguagem (SANTOS E MELO, 2019).

Algumas ideias de Saussure, no entanto, ainda merecem bastante atenção, sobretudo nos dias de hoje. Por exemplo, para Saussure, os linguistas têm como objetivo analisar a linguagem descritivamente, sem tecer comentários que julguem as formas linguística. O linguista, nesse caso, é o descritor e não o juiz da língua. Para além de Saussure, outros linguistas passaram a entender que para descrever a língua em sua forma pura, seria importante descrevê-la em seu estado natural, no modo em que ela se encontra envolta na sociedade, ou seja, se afastando dos estudos diacrônicos, que eram até então muito presentes na Linguística, e enfatizando mais a proximidade com o lado sincrônico. Por conta de várias tradições de estudos da linguagem, isso só foi possível no século XX na década de 60, com a contribuição do linguista William Labov, hoje considerado o pai da Sociolinguística Variacionista devido suas várias contribuições às discussões da área (OLIVEIRA E SOUZA, 2016).

Labov (1972) apresenta como essencial haver a existência do elemento social nos estudos linguísticos, e assim, distanciar-se da visão de que a fala é homogênea, invariável, considerando a existência de variação decorrente de fatores linguísticos e não linguística da própria comunidade falante. Desse modo, é possível concluir que um mesmo falante é capaz de se manifestar de diferentes maneiras, considerando as situações de comunicações distintas, além de que não possuem falantes com a capacidade de se expressarem exatamente igual ao outro, uma vez que “ a língua é concreta e heterogênea; há relações entre língua e sociedade; a variação é da própria língua; a língua é usada socialmente e, por isso, seu estudo vai além da estrutura e da gramática. ” (SUASSUNA,2010, p.178).

Sendo assim, a língua distancia-se da concepção de que é criada como um sistema de regras explícitas e invariáveis, passando a ser vista como um sistema que inclui não apenas regras categóricas, mas também regras variáveis, contendo os elementos internos e externos da língua, isso é definitivamente a variação linguística, um fenômeno que, desde de sempre, se fez presente em todas as línguas. Mas que há pouco tempo vem ganhando destaque em discussões que repercutem em grandes proporções, comparado a outros assuntos sociais que surgiram aproximadamente na mesma época, como, por exemplo, o movimento feminista, movimento trabalhista entre outros.

Diante disso, a Sociolinguística tem o objetivo de estudar a heterogeneidade existentes na língua, por meio da relação entre os aspectos linguísticos e sociais. E é por meio dessa relação que surgiu o conceito de variação linguística. Desse modo, a língua é entendida como uma instituição, mesmo que abstrata, de caráter social, suscetível a constantes ajustes, mudanças e evoluções. Segundo Bagno (2007), não há apenas uma única maneira de se falar ou de escrever, isso é, variação linguística, um fenômeno natural presente em toda e qualquer língua.

Existem vários tipos de variação linguística, que segundo Barrera e Maluf (2004) estão organizadas da seguinte maneira:

- Variação diatópicas
- Variação diastrática
- Variação diacrônica
- Variação diafásica

As variações diatópicas, também conhecidas como variações regionais ou geográficas, referem-se à variação que ocorre porque dois indivíduos que falam a mesma língua vivem em regiões diferentes. A variação diastrática, também conhecida como variação social, remete à diversidade de grupos sociais que existem na sociedade, podendo o falante variar na sua fala por conta do sexo, da idade, do nível de escolaridade e da classe econômico-social da qual faz parte. Já a variação diacrônica, assim como as demais, há outra nomenclatura para designá-la, variação histórica, e se relaciona com a diversidade de formas linguísticas que sofreram mudanças ao longo do tempo e que deixaram de existir por não serem mais usada com o surgimento de novas formas. A variação diafásica ou variação estilística refere-se à adaptação da fala com base na situação em que o falante está inserido, cabendo ao falante escolher a maneira de interação que melhor atenda às necessidades

comunicativas que o contexto exige e esse é um fator relevante para a variação na fala/texto de um indivíduo.

Deste modo, a Sociolinguística passa a entender que apenas aquele que tem a habilidade de adequar seu modo de falar aos mais variados contextos sociais pode ser considerado um bom falante, não aqueles que são adeptos apenas da norma padrão. Nesse sentido os papéis sociais entram em ação, pois considerando que vivemos em meio a uma sociedade carregamos funções dentro dela como o de familiar, amigo, profissional entre outros, na qual cada função social é cumprida em um certo contexto, e que muitas vezes um mesmo indivíduo concilia várias dessas funções, como por exemplo, uma mulher que em meio ao seio familiar exerce a função maternal, mas, em meio a seu ambiente de trabalho, não deve exercer a mesma função, neste contexto, ela tem que exercer uma função profissional, ao de medica, por exemplo, exigindo dela uma linguagem adequada ao ambiente. Pois o ambiente familiar e o ambiente de trabalho são totalmente diferentes, assim como a linguagem seja ela oral ou escrita (BAGNO,2007). Nesse sentido, Bagno (2006, p.15) comenta que, ao deixarmos de reconhecer tais variedades na fala dos brasileiros, a sociedade em geral “ tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc.”.

Com base nisso, podemos observar que há muitas variedades, diferentemente de como a norma padrão prevê quanto tenta descrever a Língua Portuguesa. O grande problema nesse sentido é como a escola exclui uma diversidade de fatores em prol de um padrão que é muito mais idealizado do que real.

O ensino de língua portuguesa: um breve histórico da disciplina no brasil

Segundo Soares (2002), no início da colonização, no Brasil, a língua portuguesa, mesmo sendo a língua oficial do país, não era a mais usada no convívio social dos indivíduos, mas sim o Tupi, que é uma família de línguas que agregava muitas línguas indígenas que existiam no Brasil. Uma forma sintetizada dessa família de língua era usada tanto pelos indígenas quanto pelos portugueses, algum tempo depois, quando o processo de conquista da terra brasileira já estava um pouco mais desenvolvido. Mais especificamente, no século XVI, surge o ideal pedagógico de José

de Anchieta, no qual tinha como objetivo converter o maior número de pessoas a sua religião, que era predominante na elite portuguesa, o cristianismo, com isso a educação jesuítica ganhou ainda mais visibilidade (SOARES 2002).

Ao que se refere ao ensino de nível secundário e nível superior, o Latim era língua que predominava, no qual Bunzen (2009) discorre que era exigido dos alunos do ensino secundário, a leitura de obras clássicas, poetas que eram consagrados na época como Ovídio, Catulo e Virgílio, assim como os alunos, também eram feitas exigências aos professores como a obrigatoriedade de ministrarem as aulas sempre em Latim.

Nesse período, houve um conflito marcado pelos ataques e defesas entre estrangeiros e indígenas e nem mesmo esse fato foi capaz de abalar o currículo escolar e provocar mudanças quanto ao quadro das disciplinas, isso só muda em meados do século XVII, por força de decreto do Marquês de Pombal, que determinava que o ensino de língua portuguesa passa a ser uma obrigatoriedade em todo território brasileiro (Bunzen,2009).

De acordo com Soares (2002), as mudanças só passam a acontecer no final do império, quando as disciplinas de poética, retórica e gramática (do latim) deixam de ter tanto impacto no ambiente escolar. Após a reforma trazida por Pombal, as mudanças foram notáveis, a gramática do português passa a fazer parte das disciplinas curriculares, até então ao lado da gramática latina, com o passar do tempo a mesma foi perdendo espaço e desse modo permitiu que a gramática do português ganhasse cada vez mais autonomia no país, muitos fatores permitiram que isso acontecesse, mas, em especial, o surgimento das primeiras escritas de gramáticas do português no século XIX, nesse período, a retórica perde espaço no currículo, pois, os autores de língua portuguesa, assim como os latinos, passaram a ser usados, o estudo de língua portuguesa passa a ser incluído no currículo escolar, em 1837, englobando a poética e a retórica. No ano seguinte, a gramática do português é classificada como objeto de estudo (SOARES,2002).

Soares (2002) afirma ainda que, no início da década de 70, a disciplina curricular de português passa por grandes transformações significativa em razão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5692/71). Essa mudança se deve a uma intervenção do governo militar de 1964, diferentemente das outras que a antecederam, a nova lei não tinha consigo o caráter gradual e muito menos se fez em

decorrência das transformações socioculturais existentes naquele período, objetivo dessa nova lei era usar a educação, especialmente, a língua numa espécie de objeto em prol do desenvolvimento. Baseada nisso, Soares (2002, p.196) afirma que

os objetivos passam a ser pragmáticos e utilitários: trata-se de desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e receptor de mensagens, através da utilização e compreensão de códigos diversos [...] Ou seja, já não se trata mais de estudo *sobre* a língua ou do estudo *da* língua, mas de desenvolvimento do *uso* da língua.

Apenas nos anos de 1980 as ciências linguísticas passam a influenciar a disciplina de português com as várias concepções já inseridas nos cursos de formação de professores ainda em 1960. Desse modo, as concepções trazidas pela linguística contribuíram significativamente para aprimorar o ensino de Língua Portuguesa, principalmente quanto ao que diz respeito ao ensino de gramática (Soares, 2002).

Percebe-se, infelizmente, que desde o início o ensino de língua portuguesa no Brasil, consiste necessariamente em extrair apenas a gramática normativa tradicional, impondo quais as regras a serem seguidas. Essa gramática está baseada na dicotomia do que é certo e errado, impondo maneiras corretas para se pronunciar as palavras de acordo com a língua portuguesa, padrão. Por anos, o conhecimento das áreas da linguística, até o momento, tem pouco impacto e eram desconsideradas pelos professores de língua e pelas instituições de ensino. Do mesmo modo acontecia com os currículos escolares, quando o assunto era a sociolinguística, fonética e fonologia, gêneros textuais, sintaxe, semântica etc.

Tradicionalmente, o ensino de língua portuguesa priorizava apenas em ensinar a língua culta idealizada, que se aproxima da fala da elite da sociedade brasileira. No princípio, a língua portuguesa era voltada apenas para alfabetização dos alunos e pôr a leitura e escrita serem um hábito presente apenas na vida de alunos abastados, eles eram os únicos a terem sucesso nos estudos, com algumas poucas exceções. É nesse contexto, segundo, Dionísio (2010), que a aula de português passou a ser sinônimo de passar aos alunos as regras gramaticais dessa variedade linguística bastante prestigiada e muitas das vezes inexistentes.

Segundo Soares (2002) no início, os professores de língua portuguesa tinham domínio da norma padrão do português porque eram oriundos da classe média alta e desde criança, eles por serem da elite e conviverem diariamente com as normas cultas da língua, facilitava a compreensão do que era ensinado nos manuais de gramática,

por isso se julgava que os professores eram capazes de planejar suas aulas e de escolher os materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula.

Tal realidade de um ensino de língua portuguesa e de escolas completamente elitizadas com o passar do tempo essa realidade foi mudando, a partir do grande aumento da classe popular, fazendo as escolas receberem alunos de todas as classes sociais, esse evento ficou conhecido como democratização do ensino em se buscava a igualdade de oportunidades não significa, por outro lado, ausência de diversificação, desde que esta tenha por base as “aptidões pessoais”, os “méritos” e o “trabalho de cada um”. Essa é a essência “duma autêntica democracia” (Planchard, 1974, p.199).

Sendo assim, as escolas começam a receber diversos alunos com os mais variados níveis de letramento, assim como também diversos níveis de domínio da norma padrão da língua portuguesa. Daí surge a necessidade de haver um aumento significativo de professores, esses professores, por sua vez, já não tinham tanto domínio da norma gramatical, tradicional, tão pouco do uso correto da língua culta e a educação brasileira, mesmo com as vastas mudanças que haviam acontecido continuaram com um ensino língua portuguesa que ditava o certo e o errado.

Devido a essa situação, não é incomum ouvir alunos reclamarem do sentimento que o ensino de Língua Portuguesa produz nos alunos, pois, eles alegam não saber “falar da maneira correta”, alegam ainda não se sentirem capazes de aprender o português culto, e, por vezes, se sentem ofendidos pelos próprios professores quando eles inferiorizam os seus modos de falar. Esses relatos e falas que ouvimos constantemente em sala de aula e da população de um modo geral refletem uma imagem que autoriza uma postura corretiva e preconceituosa no que diz respeito à língua falada e escrita dos alunos oriundos de classes menos favorecidas, que são convencidos, pela escola, de que a variante da qual fazem uso está errada.

Nos dias atuais, o ensino da variação linguística tem se mostrado uma temática complexa a ser trabalhada no contexto escolar e na própria formação do professor, pois, na realidade da sala aula, sobretudo nos anos iniciais, o aluno apresenta grandes dificuldades em compreender a importância de se estudar variação linguística, sobretudo pelo espaço que essa discussão tem no currículo escolar, assim como na própria formação dos professores que atuam na sala. Disso, ocorre o fato de que, no ensino de língua portuguesa hoje, nas escolas brasileiras tem se dado geralmente, de maneira inadequada. O conhecimento linguístico vem sendo inserido na sala de aula,

muitas vezes, como pretexto para correções de “erros” gramaticais”, que são, na maioria das vezes, as formas linguísticas que os indivíduos oriundos das classes menos favorecidas mais utilizam na sua comunicação cotidiana (GOMES; CANTUÁRIO, 2018).

Com esse comportamento, não apenas dos professores, mas dos demais indivíduos brasileiros, é que se amplia um grande problema que necessita da reflexão sociolinguística dentro de sala de aula para ser solucionado ou ao menos amenizado, que é o preconceito linguístico.

O currículo escolar

Segundo Ferreira (2011, p.274) o termo currículo tem sua origem no latim, que significa *Currere* e que faz menção percurso realizado ou matérias constantes em um curso. Com base nisso, entende-se que o currículo escolar é um importante instrumento educacional, planejado e pensado no intuito de proporcionar um eixo norteador do processo educacional para as instituições de ensino, no qual visa também ofertar uma educação normativa e sistemática que obedeça aos parâmetros educacionais, legais.

Segundo Garcia e Moreira (2008) o currículo escolar é o que assegura às instituições de ensino um trajeto a ser percorrido durante todo o ano letivo, como a organização das disciplinas, os projetos tanto didáticos quanto institucionais, faz os professores, gestão, pessoal de apoio estarem sempre a par de tudo que irá acontecer no ano em questão, tudo planejado. Mesmo organizado, o currículo também está sujeito a ajustes e mudanças, caso seja necessário, uma vez que o fato de ter sido traçado um percurso, não significa que a instituição não precise mais se reunir para tomar certas decisões, ao contrário, se faz ainda mais necessário, pois, a partir disso que serão revisadas e decididas as diretrizes e demais elementos que precisam ser melhorados ou os elementos que precisa permanecer.

O currículo escolar nada mais é do que uma organização que se fez necessária com o surgimento da escolarização em massa, onde percebeu-se a necessidade de haver uma padronização do conhecimento a ser ensinado aos alunos de todo o país.

O Currículo representa a caminhada que o sujeito irá fazer ao longo de sua vida escolar, tanto em relação aos conteúdos apropriados quanto as atividades realizadas sob a sistematização da escola. (LIMA;ZANLORENZI;PINHEIRO,2012, p.25).

O Currículo Escolar nasce da necessidade uma sistematização das disciplinas escolares e dos conceitos abordados por elas. Atualmente, ele é um objeto de muitas discussões, não podendo ser apenas agregado a um mero documento, um mero registro de conteúdo, como foi considerado por décadas.

Por se tratar de uma proposta que norteia o processo educativo, acaba por se transformar no principal eixo da escola. É com base nele, o currículo, que os docentes conseguem planejar todas as suas práticas educativas, com o objetivo de oportunizar aos educandos o alcance de uma educação de qualidade na qual seja permitido facilitar o processo educacional que pretende oferecer uma formação integral e que

prepare os professores para possíveis desafios educacionais, morais, sociais, econômicos e culturais. Diante disso, constatamos que o currículo é como objeto norteador do processo educativo, com normas que nos fazem planejar mediações para ensinar conhecimentos de modo sistemático e articulado para atender às exigências educacionais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O Currículo, portanto, não pode ser entendido e trabalhado como um simples conglomerado de disciplinas isoladas. É preciso transcender esse modelo reprodutivista de organização curricular para se adequar às necessidades da atual sociedade (LIMA; ZANILORENZI; PINHEIRO, 2012, p.95).

E seguindo esse pensamento quanto as práticas pedagógicas inovadoras é que os professores devem se tornar os mediadores do processo de construção que os seus alunos precisam realmente aprender. É durante o cotidiano escolar que os grandes desafios são propostos, em todos os momentos, no qual é necessário estarem preparados diante das indefinidas situações de aprendizagem que se apresentam durante o processo, pois ao atuarmos em uma sociedade em que a procura pela realização social, pessoal e econômica nos transformam em indivíduos cada vez mais exigentes, insatisfeitos e complexos.

Nesse sentido, a afinidade e o preparo do professor com a sua prática pedagógica se tornam indispensáveis, no intuito de que estejam hábitos para atuar em meio a essa sociedade que é constantemente influenciada pelos indivíduos que atuam nela, sendo necessária uma busca constante para transformar conhecimento teóricos em práticas, não somente modernas, mas capazes de atribuir um significado verdadeiro ao conhecimento e ao aprendizado escolar.

É essencial a competência, preparação, disponibilidade e compromisso para trabalhar de maneira satisfatória durante o processo de organização do currículo escolar, visto que, como já mencionado anteriormente, o currículo é entendido como um eixo temático fundamental do fazer pedagógico, tendo que estar em harmonia com os anseios dos alunos, dos professores e da sociedade, como um todo. É com base no currículo que é decidido toda a vida escolar do indivíduo que queremos formar, um documento que deve ser orientado e planejado pelas secretarias de educação das redes estaduais e municipais que orientam o trabalho a ser desenvolvido nas escolas. Para tal a

Participação propriamente dita é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. E nesse sentido que a escola deve aprimorar a

sua ação, e, para que isso ocorra, alguns pressupostos são necessários; incentivar os momentos coletivos de reflexão sobre os rumos da escola, diálogo permanente, estímulo a que todos participem, não somente ouvindo, mas principalmente falando, comentando, dando sua parcela de contribuição aos momentos organizados coletivamente (SOARES, 2011,p.117).

A elaboração e a construção do currículo exigem a participação de todos os segmentos da escola nas decisões a serem tomadas quanto ao mesmo, para que se tenha um consenso entre todos os envolvidos, alunos, professores e a comunidade escolar em geral, essa participação é fundamental para que haja condições de fazê-lo flexível proporcionando aos alunos uma formação adequada

Considerando a importância do currículo, é importante hipotetizarmos que, se uma criança, ao adentrar no contexto escolar, possivelmente já tenha passado por diversas restrições ao longo de sua vida, e provavelmente continuam a passar, levando em conta que, por vezes, esses indivíduos são constantemente julgados pela linguagem que usam em seu cotidiano, resultando em situações de discriminação.

Esse fato acontece geralmente dentro das próprias instituições de ensino, as vezes aparentemente de maneira sutil como uma “correção” que um colega faz no meio de uma conversa ou quando um colega faz algum tipo de brincadeira de mau gosto por conta do modo que seu colega escreve ou fala. Esse tipo de comportamento preconceituoso pode acabar gerando consequências problemáticas na autoestima do aluno e no seu aprendizado, uma vez que esses alunos, com medo de serem ridicularizados, preferem se manterem em silêncio, reduzindo sua oportunidade de tirar suas possíveis dúvidas, assim como o professor também, possivelmente, terá dificuldade para ajudar esse aluno. Essa atitude traz consigo diversos prejuízos tanto para aprendizagem do ensino de Língua Portuguesa quanto para a vida pessoal e profissional desses alunos.

Ao passo que a marginalização linguística – ou seja, a exclusão na escola por conta da variedade linguística que o discente utiliza – dificulta o conhecimento a documentos indispensáveis na vida de qualquer cidadão como a Constituição Brasileira, às leis e aos contratos de trabalho, assim como gêneros formais e institucionais que, ao longo da vida, ele venha necessitar. A partir disso, chega-se à conclusão de que se esses alunos não dominarem a variedade linguística culta, eles terão seus direitos negados e/ou negligenciados. Portanto, nesse contexto, fica um grande desafio para a escola: como ajudar esses alunos a fazer o uso da língua

materna em diferentes situações? Como mostrar a eles que o que existe na língua são variantes e não erros? E, por fim, como erradicar o preconceito linguístico no ambiente escolar?

Em vista dos problemas expostos, é possível verificar que a aprendizagem está ficando cada vez mais prejudicada e com isso o convívio social pode ser bastante afetado, considerando que alunos poderão passar por problemas quando participarem de um vestibular ou concurso, de uma entrevista de emprego, ou em algum discurso de apresentação, além dos vários momentos de preenchimento de documentos de requerimentos e demais eventos formais que são demandados dos cidadãos? Nessa direção, entendemos que, atualmente, se um aluno não atende a certos pré-requisitos, como o conhecimento do estilo formal e culto da linguagem, ele tende a ficar em desvantagem em relação a outros alunos, o que pode causar desinteresse, frustração e até mesmo o abandono escolar. Com base nisso, compreendemos que o estudo da linguagem oral e escrita contribuem efetivamente para a inserção social dos indivíduos, assim como também melhora sua autoestima. Para que isso aconteça, a comunidade escolar precisa estar unida em meio resolução desse problema.

A relevância da variação linguística no currículo escolar

Atualmente, a temática variação e preconceito têm tido grandes avanços no campo educacional, mas percebe-se que o assunto, ainda, é bastante complexo para alguns, o que impede que ele seja trabalhado nas salas de aula do ensino básico. O que podemos observar nessa direção é que os currículos ainda não chegaram a um consenso sobre uma prática eficaz de ensino-aprendizagem da língua materna. Por isso, é comum que o professor do Ensino Fundamental anos iniciais se encontre sem uma orientação teórico-metodológico que norteie a sua prática.

A discussão do tema se faz extremamente necessária para construir nos discentes uma consciência social quanto à variedade linguística, assim como também a diversidade de formas de se comunicar em uma língua natural e ao respeito pela cultura e identidade do próximo. Dessa maneira, a orientação dada é que o trabalho de língua portuguesa em sala de aula venha propiciar aos discentes o desenvolvimento da sua identidade e rompa com preconceitos em torno dessa problemática (Bagno, 1999).

Visto que a variação linguística é um fenômeno natural e que, por isso, trata-se de um elemento essencial nas línguas naturais, tanto para o seu desenvolvimento quanto para sua manutenção, ela se faz, dessa maneira, um elemento que não pode ser negado pela escola, visto que é por conta desse fenômeno ou elemento constitutivo da linguagem que as línguas naturais estão sempre em processo de adaptação às realidades novas que o homem cria de tempos em tempos. Nesse sentido, Costa (1996, p.51) lembra que “A língua não é, como muitas acreditam, uma entidade imutável, homogênea que paira sobre todos os falantes. Pelo contrário, todas as línguas vivas mudam no decorrer do tempo e o processo em si nunca para.”. Assim como os valores e as constituições humanas e sociais modificam-se cotidianamente, a língua, como um desses elementos, não pode se furtar a essa realidade.

Nesse sentido, o grande problema não é a variação linguística, sim o modo como a concebemos nas diferentes instituições sociais, sejam elas escolares ou não. Diante dessa realidade, a escola não pode se silenciar, muito menos os instrumentos em que ela se baseia. Como se sabe, todo o processo educacional tem em sua base um documento que o sustenta ou uma lei ou documento norteados que orienta todo o trabalho elaborado na escola. Nesse sentido, Patriota e Pereira (2018, p.291) comentam que

Assim como as concepções adotadas acerca da língua, o currículo figura como fator determinante nas práticas escolares, pois é através de sua implementação que as instituições escolares regulamentam os conteúdos, assim como toda dinâmica de ações pensadas para a escola que vão além dos conteúdos a serem trabalhados ao longo de cada etapa de escolarização, seja através das séries, seja através dos anos escolares.

Desse modo, quanto mais abrangente e inclusivo for o currículo ou o documento que norteia as práticas escolares for haverá mais elementos e discussões. Lógico que, nesse sentido, o currículo escolar deve respeitar as necessidades e as realidades em que ele é utilizado. Na esfera dos estudos sobre o currículo, Saviani (2016, p.55) explica que o currículo escolar é entendido com

“(..) o conjunto das atividades (incluindo o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim.”.

O autor explica ainda que “pode-se considerar que o currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens.”.

Em síntese, o documento curricular escolar, além do documento norteador das práticas escolares e do conteúdo escolar devem considerar em sua concepção aspectos importantes para a formação do docente, dentre eles, a temática da variação linguística.

Dada a importância do currículo e como ele faz parte da escola, analisar os documentos que norteiam o currículo escolar e ver de que modo esses currículos tratam do tema da variação linguística leva-nos a entender como a escola tem aceito o tema da variação e como ela deve incorporar aos poucos o tema da variação linguística e do preconceito linguístico na discussão dos conteúdos da aula de língua portuguesa. Com base nisso, a BNCC, o DCTM, o Plano Municipal e os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas serão nossos principais objetos de estudo em esfera municipal.

DOCUMENTOS CURRICULARES E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: ORIENTAÇÕES

Segundo Hypólito (2010, p. 1338), “as políticas que têm definido o desenho curricular para a educação brasileira vêm sendo delineadas e implementadas desde o final dos anos de 1980”, tanto as políticas educativas de cunho neoliberal, que vem sendo implantadas com o passar do tempo, não apenas no contexto educacional, mas também na política, na cultura e especialmente na economia.

Sabemos que o contexto histórico da educação brasileira foi fortemente marcado por uma série de reformas, o que vem acontecendo desde o início do processo restauração da democracia. O marco mais significativo e marcante foi com a chegada de novas propostas que a Constituição Federal de 1988 trazia para o contexto da educacional brasileiro, entre elas havia a gestão democrática na qual era regida por leis e por diretrizes e logo após passou a ser regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96. A legislação educacional, em 1990 teve muitas influências durante seu processo de elaboração, na qual muitas dessas influências pertenciam a correntes neoliberais.

No seu artigo 210, a Constituição Federal de 1988, define que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Nesse sentido, a LDBEN nº 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Parecer CNE/CEB nº 4/2013, aprovado no dia 13 de março de 2013

e a Lei nº 13.005/2014 no qual define o Plano Nacional de Educação (PNE) precederam a Resolução CNE/CP Nº 2/2017 que orienta e determina a inserção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC passou por uma ampla discussão durante seu processo de elaboração, e pelo fato de sua (des) construção ter acontecido em um momento de grande efervescência política, logo após o impeachment da, então, Presidente Dilma Rousseff, ao assumir a presidência o Vice-Presidente, Michel Temer. A BNCC foi criada no intuito de servir como um documento norteador que fosse capaz de organizar o quadro curricular do território brasileiro no qual os desafios das políticas educacionais é garantir que os Estados e os Municípios possam reelaborar seus currículos tendo um aporte teórico-metodológico comum curricular, mas que também considere as especificidades locais e regionais. (DUARTE, SILVA, MOURA, 2020,p.22).

Tanto a BNCC quanto os documentos curriculares regionais que nascem por meio de seus embasamentos teóricos e metodológicos estabelecem competências educacionais que devem ser desenvolvidas pelos alunos. Neste tópico buscamos mostrar como alguns desses documentos estão organizados estruturalmente são eles a BNCC, o DCTM, o Plano municipal de Timbiras e os PPP escolares.

Atualmente a BNCC e DCTM dividem a educação básica em três etapas a primeira é a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, de maneira a evidenciar as competências que deveram ser desenvolvidas durante todas as três etapas da Educação Básica cada uma em sua respectiva etapa da escolarização, em conforme com os direitos de aprendizagem e desenvolvimentos dos alunos em geral, o DCTM traz consigo especificidades da região nordestina e maranhense.

O PMT possui uma divisão similar, no entanto essa divisão é voltada para os metas e estratégias a serem traçadas na educação timbireense e nos PPP há a divisão das habilidades e competências que tanto a BNCC como DCTM contam, as divisões das etapas da educação básica geralmente não ocorrem nos documentos escolares da cidade porque as instituições normalmente trabalham com apenas uma etapa da educação básica, com a Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Ao longo do que foi descrito acima não há mais dúvidas da importância de se respeitar a pluralidade social, cultural, socioeconômica etc. Garantindo aos alunos direito da democratização de oportunidades para o aluno ter acesso à educação ampliando suas possibilidades de exercer a cidadania com dignidade, confiança [...] vencer as dificuldades impostas por uma sociedade discriminadora (MOREIRA,2009).

A BNCC e o DCTM, os dois maiores documentos que regem a educação brasileira e maranhense já compreendem a importância de trabalhar as

especificidades da linguagem, na intenção de melhorarem a produção da oralidade e escrita caracterizada pela variedade, levando os estudante e professores a refletirem sobre a linguagem, e da língua em si; incentivando o desenvolvimento das habilidades comunicativas.

Breve apresentação do município de Timbiras

É um município brasileiro do estado do Maranhão, possui uma área de 1.486,6 km e conta com 29.124 habitantes de acordo com o último censo, realizado em 2020. A cidade é marcada pela tradição da agricultura familiar, a maior parte da população é de baixa renda.

Objetos de pesquisa

Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas abordadas nessa pesquisa são C.E.F. Áurea Alvim, C.E. F. Faustina Araújo e C.E.F. José Sarney, escolas públicas de ensino fundamental, anos iniciais, da cidade de Timbiras – MA. No quadro 1, apresentamos algumas informações sobre as escolas no qual é possível

Quadro 1. A variação linguística nas escolas analisadas

ALGUMAS INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ANALISADAS			
Escolas	C.E.F Áurea Alvim	C.E.F Faustina Araújo	C.E.F José Sarney
Alunos matriculados	Matutino: 87 Vespertino: 154	Matutino: 146 Vespertino: 130	Matutino: 125 Vespertino: 96
Quantidade de professores	11	14	15
Formação dos professores	5 possuem Ensino superior (obs: 2 deles possuem graduação em psicologia e outro em administração), 1 possui pós-graduação,	10 possuem Ensino superior; 6 possuem pós-graduação; 3 possui apenas o magistério	14 possuem Ensino superior; 11 possuem pós-graduação; 1 possui apenas o magistério

IDEB 2021	4.1	4.5	4.9
------------------	-----	-----	-----

FONTE: PPP das respectivas escolas

A cidade conta com 10 escolas de ensino fundamental, anos iniciais, mas apenas os nomes que citamos aqui estão presentes nesse trabalho, pois as demais estavam em processo de reelaboração e outras ainda em processo de construção de seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Ambas as escolas estão localizadas no centro da cidade, mas, apesar de estarem localizadas no Centro, elas recebem alunos de outros bairros do município.

Assim, além dos alunos que moram no Centro da Cidade estão matriculados alunos provenientes de bairros próximos, que apesar de serem bairros antigos e com uma demanda significativa de crianças em idade escolar, não há escolas em seus domínios, mesmo havendo escolas mais próximas, estes estabelecimentos não conseguem atender toda a demanda de matrículas da região.

Por isso, muitos pais são obrigados a procurar outras escolas ainda que estas estejam mais distantes de suas casas a maioria dos estudantes que frequentam a escola são provenientes de famílias de baixa renda.

OS DOCUMENTOS OBRIGATORIOS DO ENSINO E O TEMA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA ANÁLISE EM TIMBIRAS-MA

Posteriormente a coleta dos dados, foi realizada a leitura de todo material e suas principais informações foram agrupadas. Logo após, na segunda fase, com a devida orientação quanto alguns questionamentos e embasamentos teóricos, foi feita uma análise descritiva das vertentes registradas sob a temática em ambos os documentos. Os documentos da Base Nacional Comum Curricular BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense DCTM estão disponíveis na internet e foram coletados nos sites oficiais do MEC e da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Esses documentos, além de uma fonte dos dados, serviram também para estabelecer um entendimento e ampliar o conhecimento a respeito do tema pesquisado e elaborar o referencial teórico.

Já o Plano Municipal de Timbiras é necessário que se faça o pedido do arquivo na secretaria de educação e os PPP em suas respectivas escolas. Para a realizar a análise desses documentos, focamos na introdução dos documentos e na área de linguagem, usamos a ferramenta “encontrar” do programa de leitura de textos em formato .pdf, no qual digitamos no buscador palavras e frases, curtas, como: preconceito linguístico, diversidade linguística, variação linguística e variacionista.

E, com base na análise dos trechos encontrados tanto da BNCC, DCTM, do PME de Timbiras e dos PPP das escolas citadas neste trabalho, a partir da leitura crítica e da compreensão de desses documentos, foi possível observar o espaço dado aos currículos escolares quanto a essa temática. No sentido de apresentar o resultado da nossa busca, construímos um quadro em que são apresentados trechos específicos em que a temática da variação linguística e do preconceito linguístico são mencionados. No quadro 2, apresentamos trechos da BNCC e do DCTM em que é possível ler orientações e propostas de atividades de sala de aula em que a da variação linguística e do preconceito linguístico são abordados nesses documentos. Em todas as passagens, destacamos os termos que encontramos nos documentos.

Quadro 2. A variação linguística na BNCC e no DCTM

BNCC	DCTM
Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da	Além disso, considerar a variação linguística diatópica , isto é, geográfica,

<p>variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (p. 80)</p>	<p>tanto para estabelecer as diferenças entre o falar maranhense e demais falares do Brasil quanto para identificar os diversos falares existentes no território maranhense (p. 19)</p>
<p>• Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos. • Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica. (p. 83)</p>	<p>Tal concepção de linguagem pressupõe pensar a língua (oral ou escrita) como instrumento de interação social, que se estabelece por meio de textos produzidos na modalidade padrão e também nas demais variedades linguísticas. Pressupõe práticas de ensino centradas no texto e no contexto de produção (formal ou informal), que resultem no desenvolvimento comunicativo do aluno, uma vez que ao reconhecer o propósito comunicativo(...). (p. 87)</p>
<p>Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos (p. 87)</p>	<p>No eixo de análise linguística/semiótica, as atividades propostas de análise da gramática da língua devem ser contextualizadas ao uso social que o sujeito faz dela em situações de interação formais e informais, na modalidade padrão e nas demais variedades linguísticas (p. 90)</p>
<p>Elaborar texto teatral, a partir da adaptação de romances, contos, mitos, narrativas de enigma e de aventura, novelas, biografias romanceadas, crônicas, dentre outros, indicando as rubricas para caracterização do cenário, do espaço, do tempo; explicitando a caracterização física e psicológica dos personagens e dos seus modos de ação;</p>	<p>Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos (p. 93)</p>

<p>reconfigurando a inserção do discurso direto e dos tipos de narrador; explicitando as marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões) e retextualizando o tratamento da temática. (p. 159)</p>	
<p>Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. (p. 161)</p>	<p>Varição linguística. (EF35LP11) Ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos (p. 115)</p>
<p>(EM13LP09) Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola. (p. 507)</p>	
<p>Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar</p>	

o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos. (p. 508)	
---	--

Fonte: Brasil (2017) e Maranhão (2018)

A BNCC, atualmente entendida como o documento que oferece orientações para a educação brasileira, previsto desde a homologação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que, em seu Art. 210, que a “fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental que assegurem uma formação básica comum e respeito pelos valores culturais, artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, Art. 210). A BNCC é um documento que tenta definir um parâmetro educacional para as escolas públicas e privadas, almejando evitar grandes diferenças nos conteúdos lecionados aos alunos, tentando suplantar as diferenças, sejam elas de classe ou região, buscando manter um equilíbrio no ensino nas diferentes regiões. Além disso, a BNCC atualmente também tem norteado os docentes quanto as aprendizagens que devem ser desenvolvidas nos alunos em sala de aula.

Com base no quadro 01, apresentado anteriormente, foi possível notar que, por se tratar de um documento com maiores dimensões, a BNCC tende obviamente a apresentar mais vezes em sua estrutura a temática da variação e preconceito linguístico em relação ao DCTM, no entanto, em ambos os documentos, ainda infelizmente, as temáticas da variação e da diversidade linguística são tratadas de maneira sintetizada, em passagens bastante amplas e rivalizando com outros temas, ainda na sombra de uma temática maior. Lógico que isso se justifica porque ambos os documentos orientam sobre uma diversidade de temas mais gerais, que poderiam ser mais bem detalhados nos planos municipais e PPP das escolas, o que não ocorreu no caso de Timbiras, como veremos na análise do plano e dos PPP, apresentada a seguir.

A BNCC propõe a promoção do ensino efetivo para o aluno, um ensino que faça sentido e que o aluno possa recuperar no seu dia a dia. Quanto à temática da variação linguística, quando a base sugere que a diversidade linguística seja contextualizada em sala de aula, sempre considerando a realidade vivenciada pelo aluno, tendo em conta o contexto e as situações em que ele exerce papéis sociais e as suas produções de textos e práticas comunicativas, sejam elas orais e/ou escrita ou multimodais. A BNCC também discorre sobre a valorização da norma culta pela sociedade, mesmo sem definir de fato o que é essa variante linguística.

Nesse sentido, a base recomenda aos docentes proporcionar ao aluno conhecimento sobre adequações, adaptações e transformações existentes no uso do sistema linguístico de acordo com as situações sociais na busca de erradicar o preconceito linguístico que emana da ideia de que os discursos orais ou escritos que não vão de encontro com as normas gramaticais são considerados como erros. Cumpre mencionar, conforme comentam Faraco e Zilles (2015), que a norma culta é uma variante linguística denominada de culta é um complexo de formas linguísticas que não coincidem com as formas linguísticas determinadas na gramática, mas sim em usos formais da língua em ambientes institucionalizados.

Nesse sentido, os autores orientam que o ensino de norma culta deve ser feito considerando essa realidade e não uma norma culta idealizada e que não pode ser comprovada a partir dos usos sociais da sociedade. A variação e a diversidade linguística é uma característica, inclusive, da norma culta e isso precisa ser considerado. Nesse sentido, é importante mencionar que a BNCC ainda não traz essas especificidades e colocações, importantes, sobretudo porque ainda existe a ideia na sociedade e na escola de que norma culta e norma gramatical sejam sinônimas. Considerando esse contexto, não podemos afirmar que a BNCC avance muito na discussão necessária sobre a variação linguística no âmbito escolar.

O DCTM, por sua vez, é entendido como um documento que tem a BNCC como principal aporte teórico em sua construção, o que claramente resulta em semelhanças e até cópias de trechos da BNCC podem ser encontrados, conforme o quadro 01 apresenta. O documento maranhense traz algumas elucidações e compreensão sobre o respeito pela variedade linguística de cada estado brasileiro, mesmo que em menor extensão, mas colocando em foco a realidade linguística da região maranhense, assim como a importância da temática da diversidade linguística ser um belo exemplo de cultura maranhense e isso deve ser trabalhado em sala de aula. No entanto, no DCTM, a temática é quase tangenciada, não tendo muitos aprofundamentos, sendo discutida em um contexto mais amplo de respeito a diversidade, nada muito específico. Seria interessante que o documento maranhense norteara de modo mais direto o professor e os demais currículos baseados nela para a ampliação da temática da variação e do preconceito linguístico. No documento maranhense, a temática da variação não chega a ser um tema, está sempre atrelado a um maior e, ao que parece, cumprindo um modelo que já vem da BNCC. Não há, nem no documento nacional, um espaço para a temática da diversidade e para a discussão do preconceito

linguístico, por exemplo, um problema que nasce na escola e que precisa ser melhor debatido, juntamente com outros preconceitos e dificuldades que indivíduos considerados “diferentes” têm que enfrentar cotidianamente.

Não se pode negar que a orientação sobre a junção da temática da diversidade está atrelada à cultura maranhense como um ponto positivo do documento maranhense, no entanto, essa é uma orientação única em todo o documento. Se pensarmos que os documentos estaduais deveriam atrelar temas mais específicos em âmbito estadual, seria necessária uma visão um pouco mais ampla dessa temática, para além das orientações já vistas no documento nacional.

Quanto ao Plano Municipal de Educação de Timbiras, infelizmente, não há nada que evidencie o tema nas metas ou estratégias traçadas para desencadear a questão proposta nesse trabalho, muito menos metodologias ou conteúdo que possam auxiliar no ensino da variação linguística no município. Já nos PPP das escolas, é possível perceber pequenos traços que podem estar atrelados à temática, mas nada muito claro, como é possível observar nos excertos apresentados a seguir.

Quadro 2. Trechos dos PPP das escolas de Timbiras-MA

ESCOLAS TIMBIRENSES	
C.E.F. ÁUREA ALVIM	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem; (p.21)
C.E. F. FAUSTINA ARAÚJO	<ul style="list-style-type: none"> • Isso quer dizer que as escolas brasileiras continuam tendo a missão de assegurar a aprendizagem dos alunos nos componentes curriculares tradicionais, mas também devem ampliar a capacidade de lidar com pensamento crítico, criatividade, sensibilidade cultural, diversidade, comunicação, tecnologias e cultura digital, projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, autocuidado, emoções, empatia, colaboração, autonomia, ética, diversidade, responsabilidade, consciência socioambiental e cidadania, entre outros aspectos importantes para a vida no século 21

C.E.F JOSÉ SARNEY	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a análise linguística e a oralidade dos alunos. (p.45)
--------------------------	--

Fonte: PPP das escolas timbirenses

Com base no número de vezes que a temática diversidade e variação aparecem no quadro 2 fazendo algum tipo de relação com a linguagem já é possível perceber que o assunto não possui tanta prioridade no currículo dessas instituições, assim como o fato de não haver nenhum conteúdo ou indicação de procedimentos metodológicos que visem trabalhar a variação linguística, sua diversidade e tão pouco desmitificar o preconceito linguístico.

Esse dado mostra que a instância municipal de Timbiras não tem a temática da variação como algo importante a ser debatido pelos professores e ainda estão sob a égide de uma filosofia escolar tradicional e que, a menos que seja por iniciativa independente do professor, a temática da variação linguística não seja uma realidade na sala de aula, como preconizam os documentos curriculares brasileiros, como a BNCC e o DCTM. É interessante observar que, mesmo com um documento como a BNCC, que é nacional e obrigatório para as secretarias estaduais construírem seus currículos e com a DCTM, os planos de ensino do município ainda não são impactados integralmente pelas ideias desses documentos, muito menos os projetos das escolas. Cumpre analisar, nesse sentido, a dificuldade que a temática da variação linguística enfrenta frente a um tradicionalismo bastante aprofundado na cultura da escola.

Nesse sentido, é importante pontuar que a escola é um dos principais locais em que nascem o preconceito linguístico na sociedade. Considerando a ausência da temática no documento timbirense, é fácil concluir que a escolas timbirenses, no que diz respeito ao ensino de língua materna, no que diz respeito à temática da variação linguística e do preconceito linguístico, ainda de uma discussão mais direta e relevante sobre a diversidade cultura e linguística. As ideias de uma escola comprometida com a diversidade cultural, dos grupos e linguística ainda não é realidade marcante nesses documentos. A menos que seja por iniciativa independente do professor, a temática da variação linguística não é uma realidade nas reflexões que essas escolas e o município fazem sobre o ensino, como preconizam os documentos curriculares brasileiros, como a BNCC e o DCTM.

Essa constatação também nos permite pensar que, no município, pode ser que ainda impere uma mentalidade de um ensino tradicionalista, ou seja, o foco ainda incide sobre uma pretensa “norma culta” idealizada e que tem sido entendida como a única norma correta a ser seguida pelos falantes em geral, dando origem ao menosprezo pelas variedades existentes na fala dos discentes e docente, correndo um sério risco de intimidá-los, fazendo-os achar que são inferiores àqueles que possuem um maior domínio da norma culta. A discussão pela diversidade linguística e pelas formas não-padrão ainda são tão relevantes. É importante entender que o desenvolvimento de uma competência comunicativa, mote principal da aula de língua portuguesa, só é conseguido quando se tem a consciência de uma variação e o respeito por ela. Sem essas discussões como base ou no planejamento das escolas, esse objetivo fica cada vez mais longe de ser alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar como os currículos escolares, especialmente os municipais de Timbiras trabalham com o objeto de conhecimento da variação linguística. A partir desta revisão bibliográfica realizada, foi possível constatar que os documentos de esfera nacional BNCC e da esfera estadual DCTM têm em seu escopo discussões objetivas entorno da temática da variação linguística pertinentes para serem trabalhados no ensino de língua portuguesa. No entanto, esse ainda é um espaço consideravelmente pequeno se levarmos em conta a extensão desses documentos. Cumpre mencionar que ambos os documentos têm uma grande importância para que haja, um ensino de maneira efetiva, uma pedagogia variacionista.

No entanto, para isso se concretizar, se faz necessário um olhar mais cuidadoso para formação do docente e um olhar mais apurado para o que estes currículos trazem em seu corpo e o que é trabalhado em sala de aula. Já na esfera municipal, não há nada que comprove a existência, nem mesmo vestígios documentados que abordem a temática da variação linguística no ensino de língua portuguesa do município.

Por fim, pôde-se constatar também, ao longo do processo de leitura e análise, que ambos os documentos possuem, obviamente, suas peculiaridades acerca da temática e que elas também podem desencadear uma série de argumentações pertinentes ao tema.

Contudo não basta apenas elucidar quanto as diferenças e semelhança existentes em ambos os documentos, é necessário que um terreno de discussões que permitam a implementação de uma pedagogia da variação linguística, uma pedagogia culturalmente sensível, que tenha o compromisso de mostrar ao aluno como e quando ele deve levar em consideração a diversidade linguística na construção de sua identidade e linguagem.

Assim, os temas da variação linguística já se fazem presentes na elaboração dos currículos escolares desde os anos iniciais, da vida escolar do aluno, nos quatro eixos que estão alicerçados os estudos da língua, que são: oralidade, escrita, leitura e análise linguística, propiciando, desse modo, a pedagogia da variação linguística dentro do contexto escolar. A escola brasileira, de modo lento, tem incorporado, por meio dos documentos e livros didáticos, a discussão sobre a variação, o que já é um

avanço, mas, é necessário mais. Atualmente, é possível notar tais mudanças a partir dos materiais didáticos utilizados em sala de aula, como os livros didáticos de hoje tratam da temática de maneira, um pouco, mais extensa e específica em relação alguns anos atrás, sem dúvida é um grande avanço.

É válido ressaltar que a implementação do tema variação linguística e preconceito linguístico por si só não resolvem a problemática, uma vez que tais temas já são abordados no panorama educacional a algum tempo nos documentos curriculares brasileiro, o que ainda falta para o ensino é uma prática efetiva em sala de aula que se desvincule da prática tradicionalista de ensino-aprendizagem da língua portuguesa centrada na norma padrão da gramática, na norma culta.

Cabe aos currículos escolares oferecerem letramento adequado aos alunos na busca de fazê-los não apenas usuários da língua, mas que desenvolva habilidades e competências reflexivas quanto ao uso da língua, deixando a centralização do ensino de gramática normativa nas instituições de ensino propiciando atividades permitam o aluno proximidade com as variedades linguísticas existentes no intuito de ampliar as competências comunicativas de cada aluno tornando o mesmo um sujeito crítico, ativo e reflexivo na sociedade. É também importante destacar que priorizar o ensino e a discussão sobre a variação existente na fala do aluno é essencial, no entanto a variação linguística não deve se dar em detrimento na gramática normativa nem o contrário.

Aos docentes cabe admitir a existência de variedades linguísticas do aluno no contexto escolar e buscar uma permanente atualização e diversificação da sua prática pedagógica. Esse é um caminho a ser seguido para a ressignificação do ensino da língua.

Cumprindo ainda mencionar que um dos maiores empecilhos para a pedagogia da variação linguística não serem efetivas nas instituições de ensino é estagnação da formação inicial dos educadores. Esses indivíduos, por si só e apenas com a formação inicial, não dispõem de saberes necessários capazes de atender as demandas de uma sala de aula, tratando de assuntos modernos e necessários para uma sociedade que demanda novos olhares e posicionamentos da escola. De acordo com Saussure (2016, p.16) “A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado.”, daí a grande necessidade do docente estar constantemente se atualizando, pois, sua prática é essencial para romper com os velhos paradigmas

pautados sob a gramática, sobretudo quando pensamos na formação desses docentes percebemos a desvalorização do mesmo.

O docente não deveria ser totalmente responsabilizado pelo fracasso escolar ao reconhecer diante de seus alunos e da instituição escolar resultados insatisfatórios no que diz respeito ao seu ensino, pois sabemos das condições de trabalho, em especial os docentes da educação básica. Além disso, temos conhecimento de que a educação “tem muitas vezes sido relegada à inércia administrativa, a professores mal pagos e mal remunerados, a verbas escassas e aplicadas com tal falta de racionalidade que nem mesmo a ‘lógica’ do sistema poderia explicar” (MELLO, 1979).

Entende-se que, nessas circunstâncias, é muito complexo se pensar em uma formação continuada para os docentes, no entanto a mesma se faz necessária para desenvolver habilidades e competências para dialogar, refletir e trocar experiências de ensino-aprendizagem. Para isso, são necessárias ações, reformulações governamentais que possibilitem atingir essas demandas, mostrando diferentes caminhos para colaborar na construção de uma formação complementar, e assim consigamos simultaneamente, acontecer, de maneira efetiva no ambiente escolar, uma educação significativa de um modo amplo.

A pesquisa constatou, ao longo do seu andamento, que tanto a norma padrão quanto a norma popular não pode ser vista a partir de uma avaliação negativa. Ambas têm seu grau de importância durante o processo de ensino e de aprendizagem do aluno, nos fazendo entender que haja um tratamento igualitário quanto as normas linguísticas apontadas aqui. Quanto a ausência dos temas variação linguística e preconceito linguístico nos documentos municipais é algo preocupante considerando que a presença desse tema nos aportes teóricos são apenas um pequeno passo a ser dado em direção a Pedagogia Variacionista, mas as pesquisas entorno dessa temática possam acelerar esse processo.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BARRERA, Sylvia Domingos; MALUF, Maria Regina. **Variação Linguística e Alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental**. Psicologia Escolar e Educacional, v.8, n.1, p.35-46, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.
- BUNZEN, Clécio dos Santos. **Dinâmicas discursivas nas aulas de português: os usos do livro didático e projetos didáticos autorais**. Tese de Doutorado. Campinas, SP [s.n], 2009. _____. *Gramática: passado, presente e futuro*. Curitiba: Aymarará, 2009.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2017.
- COSTA, Vera Lúcia Anunciação. **A importância do conhecimento da variação linguística**. Educar em revista, n. 12, p.51-60, 1996.
- DEMO, P. **Pesquisa: Princípios científicos e educativos**. 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.
- DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel (org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo. Parábola, 2010.
- DUARTE, Ana Lucia Cunha; SILVA, Renato Moreira; MOURA, Neria. **Concepção de competência na BNCC e no documento curricular do território maranhense (DCTM)**. Educação em Revista, v. 21, n. 2, p. 21-36, 2020.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo na contemporaneidade – incertezas e desafios**. 3ª edição. Cortez Editora. São Paulo, 2008.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. IN: **Educação e sociedade**. Campinas, 2010, p. 1337-1354.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LIMA, Michele Fernandes; ZANLORENZI, Claudia Maria Peckak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro ALVES. **A função do Currículo no Contexto Escolar**. Curitiba: Inter saberes, 2012.
- MARANHÃO, Secretaria Estadual de Educação. **Documento curricular do Território Maranhense para a educação infantil e o ensino fundamental**. São Luís: Secretaria Estadual de Educação, 2019.
- MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 200

OLIVEIRA, Daiany Oliveira; SOUZA, Leticia Rinaldi. **A sociolinguística na escola: observação na sala de aula**. Revista Práticas de Linguagem, v.6, p.89-99.

PATRIOTA, Luciene Maria; PEREIRA, Paulo Ricardo Ferreira. **O lugar da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular**. Revista Letras Raras, v.7, n.2, p.289-307, 2016.

Planchard, E. **Alguns postulados e aspectos da democratização do ensino**. Revista Portuguesa de Pedagogia, 195-234, 1974.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-Am. de Enferm.** Maio/Jun. 2002; 10(3).

SUASSUNA, Lívia. As variedades linguísticas e o ensino de português: contribuições dos estudos culturais. In: LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira; COSTA, Catarina de Sena Sirqueira Mendes da; ALVES FILHO, Francisco. (Org). **Reflexões linguísticas e literárias aplicadas ao ensino**. Teresina: EDUFPI, 2010.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento: revista de educação**. n., v.4, p.54-84, 2016.

SANTOS, Aymmé Silveira; MELO, Raniere Marques de. **O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular**. Entrepalavras, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 115-132, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Matriz, 2016

SOARES, Magda. Português na escola: **História de uma disciplina curricular**. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

SOARES, Marcos Aurélio Silva. **O pedagogo e a Organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: Ibpex, 2011.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente-assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.